



As Políticas de Governança e Comunicação Através do Governo Eletrônico (E-gov)¹

Dra. Margarete Panerai Araújo ²

Resumo

Este artigo trata do programa e-gov, enquanto uma política de comunicação e de governança implementado no governo do Estado do Rio Grande do Sul. Essa inovação tecnológica e seus elementos de referências estão empenhadas em buscar novas formas de comunicação, informação, de governança, de gestão e até de diferenciação. Ao envolver diferentes campos, o paradigma tecnológico vem oferecendo respostas ao desenvolvimento regional e à adesão da população frente as mudanças atuais. Apoiado em uma análise metodológica descritiva decorrente de uma pesquisa maior ainda, os delineamentos são resultados de coleta de dados secundários. A ênfase no tema inovação tecnológica é um fator determinante para a competitividade, para o ingresso de novas competências públicas e o governo eletrônico vem se destacando como um novo mecanismo em suas mudanças organizacionais.

Palavras-chave: governo eletrônico; inovação tecnológica; governança pública; comunicação.

Introdução

No atual cenário mundial diante de inúmeras alterações decorrente do contexto globalizado e dinâmico, governos e comunidade estão empenhadas em buscar novas formas de comunicação, informação, de governança, de gestão, tecnologia, conhecimento e até de diferenciação. Portanto, pode-se dizer que as ações de movimentos sociais organizados e de cidadania, continuam a exercer pressão nos governos, no sentido de tornarem os serviços públicos cada vez mais eficientes, e obrigatórios. Vivemos numa sociedade onde a complexidade das mudanças e transformações instituíram uma nova forma de conceber o conhecimento. O desenvolvimento de informações ganha um espaço privilegiado no dia a dia, principalmente através dos meios de comunicação. Muitos dizem que já se vive em uma sociedade da informação, pois o processo de desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informação (TICs) não está restrito apenas a alguns indivíduos.

Compreender e explicar como a presença dessas tecnologias oportuniza o desenvolvimento de regiões; como movimenta debates sobre o desempenho de seus governos democráticos e da governança; permeia relações sociais e práticas

¹ Trabalho apresentado no XI Congresso de Comunicação na Região Sul realizado de 17 a 19 de maio de 2010 no (DT5) Divisão temática de Multimídia.

² Doutora em Comunicação Social vem desenvolvendo seu estágio de Pós-doutorado junto a Universidade Metodista de São Paulo na Cátedra de Gestão de Cidades. É professora-pesquisadora da Universidade Feevale. E-mail: panerai@feevale.br. Endereço: RS 239 N° 2755, Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo RGS, 93510-250.



diferenciadas; contribui com a diversidade; transparência; participação; interatividade e também com a satisfação dos seus resultados; é uma consequência dessas mudanças, afirma Putnam (1996), pois essas orientações inovadoras, muitas vezes, garantem apenas os interesses regionais, para o desespero das instituições públicas.

Os governos buscam ações de sustentabilidade amparadas por políticas de gestão. Dentro deste contexto, vem ganhando destaque a política de governança e o uso do E-Gov (governo eletrônico), como modelo de tecnologias de informação e comunicação (TIC), e como ferramenta de comunicação política, que promovem condições necessárias para o processo de participação e interação. Assim analisando o Estado do Rio Grande do Sul pode-se perceber que é possível com essa ferramenta de gestão promover a cidadania e adesão junto aos chamados Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e demais membros da população, promovendo ainda a transparência pública.

Percebeu-se que é possível estudar a contribuição do E-gov para o desempenho das instituições democráticas, justifica-se essa forma de gestão frente a construção de um novo modelo de qualidade. Ou seja, combinar a mudança de sistemas administrativos e tecnológicos com a conquista de uma nova atitude diante da cidade e da vida virtual glamurizada pela mídia e pelos outdoors escapará das dicotomias tradicionais, que nos educaram e nos treinaram a viver nesses espaços em contínua construção. Buscar uma relação de confiabilidade e credibilidade junto aos públicos de interesse e relacionamento, com uma visão de longo prazo, é de fundamental importância para melhorar a imagem e o valor da organização governamental. Ingressar nessa onda, das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), é descobrir como se preparar para a compreensão do mundo real onde o acúmulo de informações exteriores colabora para a construção do conhecimento e de uma cabeça bem feita. Compreender essa importância é compreender o conflito que existe dentro e entre as sociedades, e a forma como os cidadãos se organizam na invenção e reprodução de sua vida sociocultural.

A metodologia da pesquisa tem como tema o governo eletrônico (E-gov) enquanto um programa da política de governança, e enquanto comunicação pressupondo a articulação científica que envolve várias etapas. Assim, quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois segundo Collis e Hussey (2005, p.24), descreve-se o comportamento dos fenômenos. Esse artigo identifica informações e as



características do problema ou questão de pesquisa, por esse motivo concentra parte das fontes secundárias do projeto de pesquisa de pós-doutorado da Universidade Metodista de São Paulo, Cátedra Gestão de Cidades, cujo título é E-gov: política pública de governança e comunicação regional.

O estudo de caráter descritivo está sendo realizado no governo do Estado de Rio Grande do Sul, no período de 2007 a 2010. O atual governo (2010) implanta e pretende desenvolver no Estado um maior desenvolvimento da economia e o crescimento com programas e tecnologia de comunicação e informação de forma a atingir a contemporaneidade e inclusão digital. Hoje o Estado do Rio Grande do Sul está caracterizado, em relação a esse planejamento. Historicamente desde 1953, conforme o site do governo (2010) foi realizado experiências para introduzir o planejamento como instrumento facilitador da ação de governo. Somente a partir de 2007, a denominada Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG começou com a agregação de uma nova visão na qual o planejamento foi integrado à gestão, em especial, buscando a implementação de ações transformadoras da administração pública.

Muitos problemas, realmente são históricos e estruturais, como apresentado no seu plano de governo, pois, vem se repetindo e se agravando ao longo do período e a busca de soluções novas é o que pode garantir um novo jeito de governar. Assim a sociedade da informação passou a ser um investimento que assegura ao governo novos esforços, bem como, recursos para implantá-lo.

Ter um quadro, onde as novas tecnologias da cibercultura (Lemos, 2002) estão integradas às cidades, relacionadas à comunicação e a informação de colaboradores e comunidades, tornou-se hoje um recurso indispensável para o funcionamento dos espaços urbanos e das relações sociais. Uma das formas já utilizadas pelos governos, segundo Lemos (2007) é a elaboração de portais na internet que agregam informações, serviços e permitem à aproximação do cidadão as atividades públicas dos seus representantes.

Viabilizar essa valorização do espaço público possibilitada pelas novas tecnologias, regenerando e aumentando a transparência, viabilizando o contato com os representantes, promovendo a interação para a aplicação das estratégias propostas, enquanto um diferencial competitivo indispensável é o que garante o sucesso das políticas de comunicação. Logo, ao identificar a percepção e o acesso da comunicação



do portal tudo fácil no governo do Estado do Rio Grande do Sul junto a população participante dos Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), situados na região Metropolitana e no do Vale do Sinos, em relação às políticas de governança, de gestão, de comunicação política e cidadania oportunizadas pela instituição estatal., percebeu-se que portal, enquanto instrumento de gerenciamento e de comunicação política do governo eletrônico (2007-2010), que implica em valores sociais e posições políticas específicas. Esse instrumento colabora na sustentação de um “discurso político” e de atividades e ações na área da comunicação política implementado no governo. O papel político desse programa de gerenciamento e comunicação se deu em função das consequências reais e potenciais que ele teve para o funcionamento desse sistema político.

Percebeu-se que a condução do portal depende, em grande parte, das pessoas envolvidas no processo, ou seja, na identificação e no entendimento, na percepção e no engajamento frente às políticas de governança adotadas, representando uma oportunidade de melhoria e correção de possíveis desvios. Atualmente, as discussões sobre esse temas são frequentes em todos os meios políticos e nas mais diversas áreas de atuação. Com a recente crise econômica mundial, reforçou-se a necessidade de manter padrões éticos de gestão dos negócios, transparência nas informações, equidade e responsabilidade. A organização política que tiver no centro de sua estratégia de gestão, transparência e a relação próxima e ética com os recursos humanos estará mais bem preparada para enfrentar os desafios da competição global e sua postura será reconhecida pelo mercado, proporcionando melhores resultados econômicos e sociais.

E-gov Formador de Informação Na Comunicação

Na comunicação, os recursos de linguagem podem promover novas formas, instrumentos e, conseqüentemente, construir, desconstruir e reconstruir conhecimentos. As atividades da comunicação não estão desvinculadas das outras atividades públicas ou privadas da vida social. Sua influência é reconhecida junto às formas de decisão de uma estrutura organizacional, com reflexos sobre os sistemas ideológicos e de cultura de uma sociedade, interesses e conflitos, consenso e desenvolvimento político. Também pode exercer influência, segundo Dominique Wolton (1998, p.28), “a comunicação política evoca todo aquele que se vincula com a produção e o intercâmbio de discursos políticos”, nas relações sociais vigentes. É de capital importância o conteúdo do processo de comunicação. Insiste-se que a comunicação política aqui contemplada, de



um programa de governo, é sinônima de um sistema pluralista com grau de democratização avançado e com qualidades e defeitos comuns a esse tipo de sistema.

Assim, a orientação no sentido de inclusão/exclusão da informação característica do sistema capitalista, para Gohn (2001), reflete numa importante forma de rever e buscar uma construção conceitual que permita captar a nova síntese histórica, e que busque dar conta dessa articulação e desse complexo onde o campo da comunicação encontra a verdadeira interdisciplinaridade e interface com as demais áreas. Partindo especialmente para a comunicação política, e a análise de um programa de gerenciamento e de comunicação governamental, busca-se um novo estágio que ofereça compreensão sobre a duplicidade desse conhecimento³.

Segundo o site da sociedade da informação (2010) existe uma convergência da base tecnológica, onde se inter-relacionam três fenômenos que estão na origem da transformação em curso. O primeiro, é a convergência da base tecnológica, que, decorre do fato de se representar e processar qualquer tipo de informação de uma única forma, a digital. Pela digitalização, a computação, as comunicações e os conteúdos aproximam-se vertiginosamente. Um extenso leque de aplicações oportunizou a criatividade, curiosidade e capacidade de absorção do novo pelas pessoas. O segundo aspecto é a dinâmica, do comércio e da indústria, que tem proporcionado contínua queda dos preços dos computadores, permitindo a popularização crescente do uso dessas máquinas. Finalmente, em grande parte, como consequência dos dois primeiros, o terceiro aspecto é o crescimento da Internet. Outro dado, que confirma a rapidez da disseminação da Internet é a comunicação.

A sociedade da informação não é um modismo. Cada vez mais vem representando mudanças na sociedade e todos os seus aspectos. Vive-se sobre o novo paradigma técnico-econômico. Percebe-se que o elevado potencial de promover a integração, reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar o nível de informação, também aumenta as disparidades sociais, todavia também cria condições de desenvolvimento. No Brasil, segundo o site do Ministério de Comunicação (2010), urge acelerar o processo de articulação efetiva de um programa nacional para a sociedade da

³ A duplicidade de conhecimento, para Morin, acontece por analogias. O conhecimento por analogia é um conhecimento do semelhante que detecta, utiliza, produz similitudes de modo a identificar os objetos ou fenômenos que percebe ou concebe. Os múltiplos modos de reconhecimento e de conhecimento por analogia são inerentes a todas as atividades cognitivas e todo pensamento, mas o espírito não se serve apenas de analogias: o objetivo mesmo da atividade cognitiva é de simular o real percebido construindo um análogo mental (representação), simular o real (MORIN, 1999, p.169).



informação.

Cada vez mais eficaz, e voltada para a prestação de informações e serviços à população, a grande contribuição que as tecnologias de informação e comunicação podem dar ao relacionamento do governo com os cidadãos será a própria gestão do governo, inclusive na relação com o setor privado. Com base nessa adoção de meios e métodos digitais, notou-se o emprego das tecnologias de informação e comunicação em benefício da eficácia, responsabilidade, transparência e governança.

Em um mundo crescentemente globalizado, as transações econômicas estão baseadas em redes de alta velocidade e essa infraestrutura é hoje, estratégica para a maior parte dos países. Nesse contexto, é prioritário o desenvolvimento e a implantação da Internet de nova geração no País. A viabilização desse projeto requer comunicação avançada e segura, a partir da utilização de circuitos de alta velocidade, com elevada capacidade de tráfego. O governo, nos níveis federal, estadual e municipal, tem o papel de assegurar o acesso universal às tecnologias de informação e comunicação e a seus beneficiários, independentemente da localização geográfica e da situação social do cidadão, garantindo níveis básicos de serviços, estimulando a interoperabilidade de tecnologias e de redes. Cabe ao governo estimular e viabilizar a participação de minorias sociais e outros segmentos marginalizados.

O Programa foi lançado com o Decreto n.º 3.294/99 pela Presidência da República. Sua coordenação está a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e seu detalhamento, confiado a um Grupo de Implantação, composto por representantes do governo, setor privado, comunidade acadêmica e terceiro setor. Sociedade da Informação no Brasil, além de prover informações úteis ao cidadão, torna possível oferecer-lhe serviços e informações capazes de auxiliar no funcionamento de seus negócios e nas tomadas de decisão, principalmente quando se trata de pequenas e médias empresas. É com este enfoque que Silva, (2006) considera, que a geração de valor, para a governança é importante como valor corporativo público.

É necessário promover a implantação de serviços de acesso público à internet, bem como, a universalização de serviços desse novo paradigma gerado pela sociedade da informação. É uma condição fundamental, ainda que não exclusiva, a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade da informação para todos. É urgente trabalhar no sentido da busca de soluções efetivas para que as pessoas dos diferentes segmentos sociais e regiões tenham amplo acesso à Internet, evitando assim



que se crie uma classe de “info-excluídos”. Para que se tenha universalização de fato, há de se procurar soluções para inclusão das populações com baixo poder aquisitivo nas redes digitais. A universalização de serviços da Internet inclui, ainda, atividades de promoção de novas soluções de acesso à Internet para atendimento de pessoas com necessidades especiais ou de usuários em trânsito.

E-gov Consolidando Política de Governança

Hoje em dia, o mercado está altamente competitivo e exigente, fato que move as todas as organizações públicas e privadas a buscarem novas formas de diferenciação, investindo na gestão de seus recursos, no compromisso com seus públicos e na credibilidade organizacional. Assim, a governança surge para fortificar as relações da empresa com seus públicos estratégicos, sendo fundamental para a execução de uma boa gestão..

Com alta relevância na política de governança, está o compromisso com a transparência social, que, segundo Chiavenato (1999, p.121), é “[...] o grau de obrigações que uma organização assume através de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade à medida que procura atingir seus próprios interesses”. A adoção de políticas de tecnologias de comunicação e informação (TICs) representa uma vantagem competitiva e é indispensável para a sobrevivência, sendo que proporciona maior credibilidade e visibilidade e contribui para o fortalecimento dos valores de transparência e da reputação.

Na década de 1990 que a governança firmou-se no cenário mundial, principalmente devido à adoção dos Códigos das Melhores Práticas, não sendo diferente no Brasil. A governança é um sistema de gestão que privilegia o uso de instrumentos (lei, regulamentos e práticas comerciais) visando compartilhar os diversos interesses daqueles que se relacionam com a companhia, ou seja, controladores, administradores, auditores externos, minoritários, conselhos fiscais e stakeholders. Adotar uma política de governança para uma região envolve transparência na gestão, ética, respeito aos direitos humanos, responsabilidade por seus produtos e serviços, prestação de contas, cuidados com os seus públicos, com o meio ambiente e compromisso com o desenvolvimento sustentável.

A integração de tecnologias de informação e comunicação (TIC) entre diversos setores governamentais, disponibilizadas e, portanto, pressupõem a construção e



otimização de infraestruturas informacionais do aparelho de Estado. Em especial, este esforço deve ser observado na qualidade do exercício da cidadania informacional. Como tal, além da dimensão tecnológica, freqüentemente identificada com a inclusão digital, o Governo Eletrônico tem a tarefa de incentivar mecanismos de gestão da informação governamental - políticas e práticas periféricas no Estado brasileiro. Isto significa produzir e disponibilizar conteúdos que efetivamente signifiquem melhores condições do exercício ao direito à informação, accountability e transparência. Trata-se, portanto, de produzir mediações informacionais e governamentais a partir das quais a sociedade civil tenha também o controle do Estado democrático.

Ainda temos um baixo número de brasileiros com acesso à Sociedade da Informação e condições inadequadas ao seu crescimento, como multiplicadores dessa ideia. O caminho, segundo Diniz (2009) para termos um e-gov que realmente garanta o cumprimento desse contrato social é longo. Assim, torna-se importante estudar, formas eficazes de se garantir à população como um todo, o acesso às ferramentas e infraestrutura necessárias de forma continuada e autossustentável para estabelecimento da real governança. As tentativas de regular a entrada do poder público no setor de redes sem fio e as restrições tecnológicas ou financeiras não têm diminuído o otimismo dos gestores públicos brasileiros.

A realidade não é muito diferente. Segundo Amadeu (2009), ao refletir sobre o processo de virtualização das cidades nas atuais sociedades, anuncia-se que, o que está em jogo com as cibercidades é o intuito de lutar contra a exclusão social. Reforçando a visão da indissociabilidade dos conceitos como a sociedade da Informação e sua inclusão digital no Governo Eletrônico, da política de governança para o entendimento do E-gov, não basta ao Estado apenas oferecer serviços e informação aos cidadãos, diminuir custos operacionais e estreitar relações com parceiros privados criando um ambiente integrado. Acredita-se que a proposta deve ser ampliada garantindo que o programa de governança com continuidade de inclusão digital fomentando o consumo de tecnologia por meio de oferta de serviços.

O e-gov Enquanto Instrumento de Comunicação e Acelerador Político

O tema Governo Eletrônico nasce sob uma multidisciplinariedade, pois envolve grandes áreas: Sociais Aplicadas e Tecnologia. É muito difícil para estas áreas, fazer um atendimento isolado do assunto até porque é justamente a reunião desses aspectos que oferece a relevância e os subsídios da temática. Várias desses aspectos



que oferece a relevância e os subsídios da temática. Várias definições para o termo são encontradas na literatura. Alguns pregam o Governo Eletrônico como agente modernizador das relações sociais, outros o vêem de forma a inserir o Estado como mais um produto do Capitalismo.

Existe uma grande discussão sobre esses conceitos operacionais que envolvem os temas como "Governo", "Democracia", "Estado", "Sufrágio" e "Poder", de um lado, e "Bits", "Redes", "Ciberespaço", "Inteligência Artificial" e "Realidade Virtual". Realmente eles vem se consolidando em uma tarefa importante, no sentido, de se ampliar os limites de compreensão do "Governo Eletrônico". No site do governo Federal são as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) os instrumentos de sustentabilidade para o desenvolvimento dessas ferramentas, de forma que possam melhorar a prestação de serviços e a disponibilização de informações primordiais para os cidadãos.

Essas tecnologias são de responsabilidade da administração pública, pois envolvem o aumento da eficácia, da eficiência e transparência governamental. Segundo o site, a adoção de meios eletrônicos para a prestação dos serviços governamentais exige que sítios e portais desenvolvidos e mantidos pela administração pública, sejam fáceis de usar. Essas novas tecnologias da informação representam uma nova forma de organização da economia e da sociedade como um todo, que segundo Castells (2002, p.459) representa e gera uma virtualidade real. Neste contexto, com o uso da Internet surge a capacidade de produção do conhecimento, utilizando a informação cada vez mais disponível.

Vem surgindo uma nova sociedade de indivíduos, uma sociedade de pessoas e de redes entre pessoas, não de instituições tradicionais. Um novo desafio às chamadas instituições sociais, está lançado, frente ao processo de globalização e fragmentação simultâneas, frente a busca de identidades culturais primárias o novo conceito do E-gov de gerenciamento das organizações exige metas de inclusão, acessibilidade, desburocratização, acessibilidade, etc. O novo modelo informacional, também precisa de muitas regulamentações e codificações, ainda não elaboradas. Fica o registro de que o “governo eletrônico” não se resume nem a portais, nem ao poder executivo, mas indica objetivos estratégicos a serem buscados, tais como: melhoria da qualidade, segurança e rapidez dos serviços para o cidadão; avanço da



cidadania; transparência nas ações do governo; facilidade de acessar o governo; integração das informações para o cidadão e integração.

O tema “Governo Eletrônico” parece ser uma daquelas unanimidades da história da humanidade. Desde a Conferência IADIS Ibero-Americana (WWW/Internet200) apontou-se que grandes mudanças estão em curso, quase comparáveis à Revolução Industrial. Essa tentativa de intensificar o relacionamento do cidadão com o estado ultrapassa a proposta, pois o desejo maior é também de atingir as empresas, e diferentes esferas do poder público. A existência de uma infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que se preste como o alicerce para a criação dos serviços de governo eletrônico é o pré-requisito para o fornecimento de melhores serviços à sociedade, a custos mais baixos. Um governo moderno e integrado exige sistemas igualmente modernos e integrados, interoperáveis, trabalhando de forma íntegra, segura e coerente em todo o setor público.

Morin afirmou que a política está em migalhas (1969, p.9), mas ela se infiltra na vida por todos os poros. Para Rubim (1994) o caminho da mídia realmente transcende e até obscurece significativamente o mero dar-se atento na mensagem principalmente política, pois ela se integra na vida e nos mundos contemporâneos configurando uma dimensão pública governada por regras específicas que alteram os parâmetros da sociabilidade. A política coloca-se no centro da análise, pois ela incorpora a comunicação. Portanto, tanto a luta pela publicização de acontecimentos políticos, quanto a atividade política sintonizada com o contemporâneo.

Governos de todo o mundo estão investindo fortemente no desenvolvimento de políticas, processos e estabelecimento de padrões em TIC, montando estruturas dedicadas para obter a interoperabilidade buscando o provimento de serviços de melhor qualidade a custos reduzidos. Essas políticas e especificações claramente definidas para interoperabilidade e gerenciamento de informações são fundamentais para propiciar a conexão do governo, tanto no âmbito interno como no contato com a sociedade e, em maior nível de abrangência, com o resto do mundo – outros governos.

Alinhando-se a tendência do mundo atual, em que a iniciativa privada amplia o seu mercado e a abrangência do capital em níveis internacionais, a política de diferentes governos, sobretudo os dos países em desenvolvimento, tem como base ideal a introdução das TICs enquanto um catalisador das mudanças necessárias para o sucesso do processo de globalização.

Conclusão



O governo do estado do Rio Grande do Sul implantou um programa de inclusão digital, preterindo em certo grau o papel de fomentador de consumo de tecnologia por meio de oferta de serviços, porém o que se vê ainda é a oferta de serviços governamentais através da internet, demandantes de tecnologia, à qual nem toda a população tem acesso. Esta política vem ratificar o que é descrito no Programa Sociedade da Informação, que trata da disponibilização da infraestrutura, padrões e políticas para formar a base da nova tendência da sociedade, agora consumidora de informação.

Essa oferta de serviços públicos nos portais governamentais é uma constante que tem marcado as estratégias de Governo Eletrônico no Brasil. Mais do que ofertar serviços, no entanto, as políticas em desenvolvimento buscam ampliar o alcance das ações ao considerar pontos relacionados ao necessário alinhamento da implantação de serviços públicos por meios eletrônicos com as necessidades da população. Assim, a avaliação da qualidade do serviço prestado é um dos pontos a ser considerado, quando se busca verificar seu real alinhamento com as necessidades do usuário e suas potencialidades de evolução. Cada vez mais importantes no desenvolvimento de ferramentas que melhorem a prestação de serviços e a disponibilização de informações primordiais para os cidadãos. A adoção dessas tecnologias permite o aumento da eficácia, da eficiência e da transparência governamental.

A democracia representativa moderna é um sistema em que o poder político resulta diretamente num status pessoal para todos os membros considerado válidos de uma sociedade, segundo Wilson Gomes (1994). Para ser operacionalizado, afirma o autor que a democracia representativa pode, através das consultas, conceder legitimidade a outros para, em seu nome, torná-la apta na forma do exercício de governo ou da legislação. O exercício direto do poder por parte do cidadão é o voto, a deputação de competência ou a outorga da sua quota de poder a outro; o exercício direto por parte dos representantes é a atividade de governo ou de legislação.

Considera-se as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) uma instituição social formada historicamente para oferecer esses conteúdos que tenham características de atualidade e de relevância para um público amplo, disperso e diferenciado. O governo do Estado do Rio Grande do Sul, quando ganhou as eleições em 2007, tinha um projeto político de destaque e pretendia desenvolver ações que



estimulassem a cidadania no Estado, utilizando como ferramenta de gestão administrativa - participativa e democrática - o chamado governo eletrônico⁴.

A passagem para o governo eletrônico (e a reforma administrativa que supõe) visa reforçar as capacidades de ação das populações administradas, mais do que sujeitá-las a um poder (PINHO; INGLESIAS; SOUZA, 2005 apud LEVY, 1999, 367). As iniciativas de governo eletrônico são essenciais pelo seu potencial de catalisadoras e habilitadoras de governança democrática e da promoção de práticas democráticas, assim como facilitadoras do relacionamento mais eficiente entre governo e cidadão. Para explicações mais detalhadas apontam o uso da chamada e-governança, em três áreas: e-administração pública, e-serviços públicos e e-democracia (Unesco, 2004). Conforme proposta pela Unesco (2004) parte do conceito de governança, que se refere ao exercício de autoridade política, econômica e administrativa nos assuntos de um país. Assim a governança segundo eles passa por participação, transparência e accountability. Ao destacar a conceituação da Unesco, os avanços nas TIC e a Internet abriram oportunidades para transformar o relacionamento entre o governo e cidadãos, contribuindo para alcançar os objetivos da boa governança. A aplicação das tecnologias de informação e comunicação para uma melhor governança, a e-governança,

Um aspecto importante desses modelos é o ciclo da participação, desde a entrada do cidadão na rede, até o encerramento do processo, envolvendo, entre outras, a comunicação multidirecional. A criação desses novos espaços de relacionamento com a sociedade exige, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de novas formas de gestão na administração pública, envolvendo os processos de tomada de decisão, de execução, coordenação e controle de projetos e das atividades relacionadas aos processos desenvolvidos nesses espaços.

O governo eleito compreendeu que os esforços governamentais para o uso de Internet (e de todos os meios digitais) podem ser inócuos se não for considerado o enorme desafio que representa o grande contingente da população brasileira que está alijado de um acesso aos meios de comunicação, a um computador, e mesmo às habilidades de sua utilização e até às de leitura e escrita que se fazem necessárias para o uso. As TIC na sociedade informacional podem ser um novo canal entre o governo e o

⁴ Por Governo eletrônico (e-gov) entende-se um instrumento de gestão e gerenciamento das organizações governamentais visando diminuir custos e oportunizar uma maior integração e relacionamento com o usuário



cidadão, que pode ser usado para a oferta de novos ou melhores serviços públicos, que pode melhorar a eficiência do governo, e facilitar os processos de descentralização.

O E-gov é como um instrumento de comunicação do governo interessado em se diferenciar dos demais meios informativos que apresentavam um discurso limitante destacando uma visão unilateral e partidária sobre o processo político que se iniciava no governo como um todo. Dessa forma, foi implementado com o objetivo de divulgar e dar visibilidade à gestão social e participativa, passando a assumir um determinado discurso de opinião política em sua plataforma. Também assumiu valores e posições específicas num espaço singular de comunicação aberta favorecendo à divulgação de um conjunto de procedimentos que caracterizam serviços que influenciam o cotidiano político de uma sociedade. Sendo assim, proposto para legitimar todas as suas ações, projetos e programas, bem como, reunificar uma cultura política regional, utiliza-se da modernização e do uso das TICs para conseguir adesão, e dos procedimentos essenciais para diminuir as resistências psicológicas dos receptores e concentrar a sua atenção.

A visibilidade política do E-gov buscava estratégias de interação e informação e serviços. Nessa lógica de simplicidade e rapidez, as notícias indicavam que se dispensava o que pudesse parecer profundo, ou solicitar memórias e referências históricas e/ou culturais, se exigindo um esforço para produzir raciocínios sutis e seguir complexas ordens de razões. Segundo Wilson Gomes (1996), tudo deve ser compreensível, mas fundamentalmente tudo deve ser animado, não mudando muito e com menos discursos e mais imagens. Enfim, a beleza deve provocar o prazer.

Os meios de comunicação são considerados por esses autores “acumuladores e aceleradores culturais” e constituem um sistema cultural fundado sobre os meios de comunicação de massa. Trata-se de uma tendência natural no sentido do desenvolvimento da circulação de informações, ou seja, da constituição de uma cultura em extensão de massa. Para Morin (1972, p.20), “o desenvolvimento cultural consiste em permitir e acelerar esse processo”. Produzem-se fatos extraordinários, envolvendo o acontecimento de pessoas e de ações extraordinárias. Em princípio são extraordinárias as pessoas importantes, segundo hierarquias sociais reconhecidas: governo, economia, religião. A comunicação política demonstra-se perfeitamente capaz de produzir eventos políticos que são autênticos e também agradáveis encenações, com personagens políticos, portanto, aptos para o consumo como informação. Assim as categorias abordadas como marcos teóricos para construção de conceitos da pesquisa foram as



políticas públicas da sociedade da informação e a inclusão, as políticas de governança e gestão, o portal do governo eletrônico como comunicação política. O advento de mudanças nas instituições formais induzem mudanças no comportamento político e Putman (1996, p.53) sustenta que esse novo modo de fazer política amplia a autonomia.

Referencias

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos desenvolvimento e tendências**. 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. São Paulo, SP: Makron Books, 1999.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Tradução: Lucia Simonini. 2.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información**. Economía, sociedad y cultura. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Alvaro Ribeiro Botelho; PRADO, Otavio. **O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análises** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol.43 no.1, p. 23-48, Jan./Feb., 2009.

FUGINI, M. G.; Maggiolini, P.; PAGAMICI, B. Por que é difícil fazer o verdadeiro "Governo-eletrônico" **Revista Produção**, São Paulo, vol.15, no.3, p.300-309, Sept./Dec. 2005.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. **A retórica das multinacionais: a legitimação das organizações pela palavra**. São Paulo, SP: Summus, 1987.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, SP: Loyola, c1997.

GOMES, Wilson. **Theatum politicum: e encenação da política na sociedade do mass mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

_____. Informação, ética e democracia. In **Textos da Reunião da SBPC**, Vitória: 1994.

_____. **Dois premissas para a compreensão da política espetáculo**. In: Textos política, Mídia e cultura. Fortaleza: 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Disponível em: <<http://www.ibgc.gov.br>>. Acesso em: 20 jul 2009.

LEMONS, André; FUCHS, Betty; CARDOSO, Cláudio; TRIVINHO, Eugênio; BRUNO, Fernanda Glória. Comunicação e sociabilidade nas culturas contemporâneas. Rio de Janeiro: Vozes, Compós, 1999. 182 p. (Coleção Compós.) ISBN 85-326-2194-5



LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Sulina Universitária, 2002. 295

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 1999.

MORIN, Edgar. Educação e complexidade. Os sete saberes e outros ensaios. Maria da Conceição de Almeida e Eduardo de Assis Carvalho (Orgs.) São Paulo: Cortez, 2002..

_____, SCHAEFFER, Pierre; HALL, Stuart et al. Cultura e comunicação de massa. Trad. de c. N Coutinho. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de Publicações, 1972.

_____. Introdução à política do Homem e argumentos políticos. São Paulo Forense, 1969.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. Gestão-cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2003.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia . **Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro**. vol.42 no.3, p. 471-493, May/June 2008 .

RIBEIRO, Milton Nassau. **Aspectos jurídicos da Governança Corporativa**. São Paulo, SP: Quartier Latin, 2007

RUBIM, Antonio Albino Canelas. “Sociabilidade, comunicação e política contemporâneas” In: **Dos poderes dos Media**. São Paulo: s.e., s.a.

SARTORI, Giovanni. **A política: lógica e método nas ciências sociais**. Tradução Sergio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SILVA, André Luiz Carvalhal da. **Governança corporativa e sucesso empresarial: melhores práticas para aumentar o valor da firma**. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

WOLTON, Dominique y otros. El espacio publico. Barcelona: Gedisa Editorial, 1998
Sites

Plano de Governo 2007-2010. Disponível (www.governoeletronico.gov.br).

Plano de Governo 2007-2010. Disponível em (<http://egov.wikidot.com/proposta-de-politica-de-governo-eletronico>) >Acesso em 24/05/2009.

Plano de Governo 2007-2010. Disponível em

http://www.scp.rs.gov.br/uploads/planoGovernoYeda_2007_2010.pdf >Acesso em 24/05/2009.

Planos estruturantes. Disponível em <<http://www.http://www.estado.rs.gov.br>> Acesso em 24/05/2009.

Planos estruturantes. Disponível em <http://www.estruturantes.rs.gov.br/> > Acesso em 24/05/2009.

Secretaria de Planejamento. Disponível em

<http://www.scp.rs.gov.br/principal.asp?conteudo=texto&cod_texto=1683&cod_menu=493&cod_menu_esq>Acesso em 24/05/2009.



Plano de ação da cúpula Mundial sobre a sociedade da Informação. Disponível em
<http://www.itu.in/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id1160/0
Sociedade de informação. Disponível em
http://www.abrasil.gov.br/avalppa/site/content/av_prog/12/23/prog1223.htm >Acesso em
24/05/2009. Conferência IADIS Ibero-Americana de Internet2004. Disponível em:
www.iadis.org/ciawi2005/pt/Programa_CIAWI2005.pdf Acesso em 7/12/2009
IV CONeGOV - Conferência Sul Americana em Ciência e Tecnologia. **Aplicada ao governo eletrônico.** Disponível em: <http://www.i3g.org.br/conegov4/portugues/apresentacoes.html>.
Acesso em 10/02/2010.